



Relatório & Contas de 2025

SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A

Índice

- I. Órgãos Sociais
- II. Enquadramento Macroeconómico
- III. O Mercado de Capitais e os Organismos de Investimento Colectivo
- IV. O Mercado Imobiliário
- V. Actividade 2025
- VI. OIC's sob Gestão
- VII. Perspectivas para 2026
- VIII. Demonstrações Financeiras
- IX. Anexos às Demonstrações Financeiras
- X. Relatório do Auditor Externo
- XI. Parecer do Conselho Fiscal

I. Órgãos Sociais

O modelo de governo da SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A. (doravante “SGHCP”) estrutura-se através de uma Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A gestão da sociedade compete ao Conselho de Administração na qual os Accionistas delegaram amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente.

A Assembleia Geral e o Conselho Fiscal deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos da sociedade.

Em 15 de Abril de 2026, os órgãos sociais eram os seguintes:

Assembleia Geral

- I. Presidente da Mesa – Manuel Maria Cota Dias da Silveira Botelho
- II. Secretária da Mesa – Ridaura Antónia Artur Malenga de Oliveira

Conselho de Administração

- I. Presidente – Mário Falhas Amaral
- II. Vogal – Odracir Sidney Magalhães*
- III. Vogal – Valdir Rodrigues da Costa

Conselho Fiscal

- I. Presidente – Márcia Nijiolela Ganga da Costa de Brito
- II. Vogal – Walter Wagner Martins Hinda
- III. Vogal – Edivalda Efigénia Hilário Pedro Machado
- IV. Suplente – Claudeth Elsa Gonçalves Tjisindandjila

Revisor Oficial de Contas

Deloitte Auditores, Lda.

*Vogal – Odracir Sidney Magalhães – Cessou funções a Janeiro de 2026.

II. Enquadramento

Macroeconómico

Contexto Internacional

Segundo o *World Economic Outlook* (“WEO”) de Janeiro de 2025, o crescimento económico mundial deverá situar-se em 3,3% tanto em 2025 como em 2026, reflectindo uma trajectória de estabilidade moderada da actividade económica global.

O WEO de Janeiro de 2026 manteve inalterada a projecção de crescimento da economia mundial de 3,3% para 2025, reflectindo uma estabilização das expectativas quanto à evolução do Produto Interno Bruto (“PIB”) global entre os dois relatórios considerados.

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente de elevada volatilidade e incerteza, resultante sobretudo da redefinição das prioridades de política económica nos Estados Unidos e da adaptação das restantes economias a um novo enquadramento global.

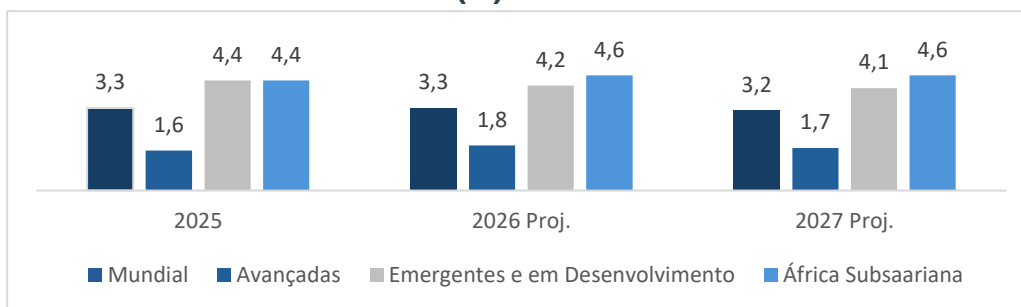
A política comercial voltou ao centro do debate económico, com a introdução de novas tarifas pelos EUA, elevando os níveis tarifários para patamares não observados há várias décadas.

O choque tarifário e a incerteza a ele associada conduziram, numa fase inicial, a uma revisão em baixa das projecções de crescimento global, com o WEO a apontar, em Outubro de 2025, para um crescimento de 3,2%. Esta revisão foi parcialmente revertida em momentos subsequentes, à medida que se verificou uma redução das tarifas, bem como uma melhoria das condições financeiras globais, permitindo uma recuperação moderada das perspectivas de crescimento.

O crescimento económico mundial deverá manter-se estável, situando-se em torno de 3,3% – 3,2% em 2026 – 2027, num contexto de elevada incerteza política e ajustamentos nas políticas comerciais. As economias avançadas registam crescimento moderado, com os Estados Unidos a evidenciar maior resiliência e a área do euro a enfrentar constrangimentos estruturais.

Nas economias emergentes, o crescimento mantém-se acima de 4,0%, com destaque para a Índia e para a estabilização gradual da China, apesar de desafios estruturais. África Subsariana e Médio Oriente apresentam trajectórias de recuperação apoiadas por reformas e pelo sector energético.

Taxa de Crescimento do PIB (%)



Fone: World Economic Outlook Janeiro 2026, Fundo Monetário Internacional

Economia Nacional

Economia Real

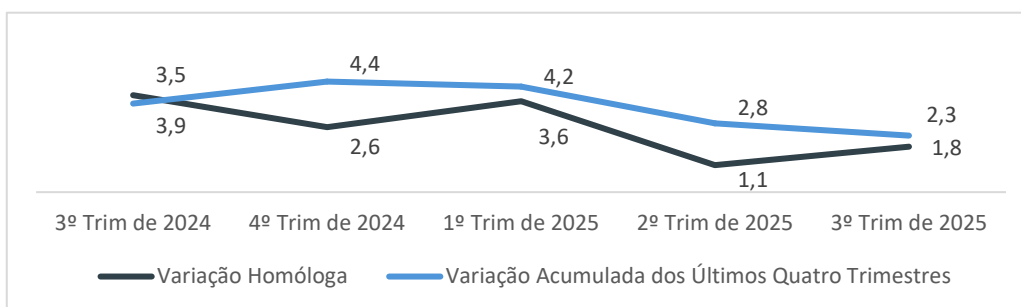
Segundo a informação mais recente das Contas Nacionais divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia nacional registou um crescimento homólogo de 3,6% no primeiro trimestre de 2025, ainda que tal represente uma desaceleração de 0,3 pontos percentuais face ao mesmo período de 2024.

No segundo trimestre de 2025, o crescimento abrandou para 1,1%, evidenciando uma redução de 2,9 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e de 5,9 pontos percentuais face ao segundo trimestre de 2024.

Já no terceiro trimestre de 2025, o PIB apresentou uma variação homóloga de 1,8%, sinalizando uma ligeira recuperação face ao trimestre precedente.

Em termos acumulados, o PIB referente aos últimos quatro trimestres, correspondentes ao período entre o quarto trimestre de 2024 e o terceiro trimestre de 2025, registou um crescimento de 2,3% comparativamente ao período homólogo anterior.

Taxa de Crescimento do PIB (%)



Fonte: INE

A análise da estrutura produtiva de Angola, entre o terceiro trimestre de 2024 e o terceiro trimestre de 2025, evidencia uma economia em ajustamento, marcada por alterações relevantes na composição sectorial do PIB.

Durante o período em referência, o sector Agropecuário reforçou de forma expressiva o seu contributo para o PIB, elevando o seu peso relativo de 17,3% para 19,6% em termos homólogos. Esta evolução reflecte um desempenho mais favorável da actividade agropecuária e uma crescente importância do sector na dinâmica produtiva nacional.

Em contrapartida, o sector Industrial registou uma trajectória de contracção, com a sua participação no PIB a reduzir-se de 39,1% para 34,2%. Tal comportamento evidencia um abrandamento da actividade industrial e uma perda

de dinamismo relativo, face aos demais sectores, sugerindo um processo de recomposição estrutural da economia angolana.

Peso do PIB por Sector (%)

Participação de cada sector em %	3º Trim de 2024	4º Trim de 2024	1º Trim de 2025	2º Trim de 2025	3º Trim de 2025
Agro-Pecuária e Silvicultura, Pesca e Aquacultura	17,34%	14,36%	23,17%	39,11%	19,56%
Indústria	39,07%	35,68%	30,07%	23,71%	34,20%
Serviços	40,57%	47,45%	44,69%	35,64%	43,93%
Imposto sobre os produtos	3,03%	2,52%	2,08%	1,54%	2,32%
Subsídios (-)	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Taxa de Inflação

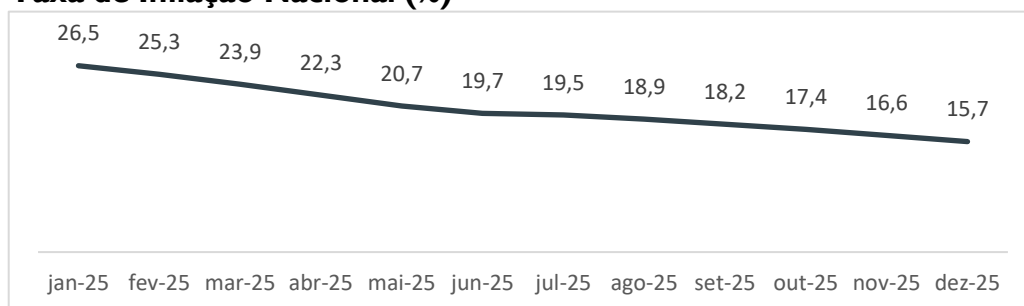
A trajetória da inflação em Angola ao longo de 2025 foi marcada por uma desaceleração consistente e acentuada, conforme evidenciado pelo Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN). A taxa de inflação homóloga caiu progressivamente de 26,5% em Janeiro para 15,7% em Dezembro, uma redução de 10,8 p.p. ao longo do ano. Esse movimento descendente foi contínuo, mês a mês, reflectindo um cenário de gradual alívio nas pressões de preços na economia.

Um ponto de destaque no cenário inflacionário de 2025 foi a resiliência demonstrada pela economia angolana frente a choques administrados de preços. No âmbito da redução gradual dos subsídios aos combustíveis, dois reajustes significativos foram realizados no valor do gasóleo:

1. O primeiro em Março, elevando o preço de 200 Kwanzas para 300 Kwanzas por litro, representando um aumento de 50,0%.
2. O segundo em Julho, para 400 Kwanzas por litro, representando um aumento de 50,0%.

De forma global, ao longo do ano, o preço do gasóleo duplicou, passando de 200 para 400 Kwanzas por litro, o que corresponde a uma variação acumulada de 100,0%.

Taxa de Inflação Nacional (%)



Fonte: INE

Política Monetária

Ao longo de 2025, a condução da política monetária pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”) foi caracterizada por uma abordagem prudente e gradual, num contexto ainda marcado por pressões inflacionistas, ajustamentos cambiais e necessidade de preservação da estabilidade macroeconómica. O Comité de Política Monetária (“CPM”) adoptou uma postura inicialmente conservadora, mantendo as principais taxas directoras inalteradas no início do ano, e procedeu posteriormente a ajustamentos descendentes no último trimestre, reflectindo uma avaliação mais favorável da trajectória da inflação e das condições de liquidez do sistema bancário.

Na reunião realizada em Janeiro de 2025, o CPM deliberou:

- a) Manter a Taxa BNA em 19,5%;
- b) Manter a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 20,5%;
- c) Manter a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 18,5%.

Estas decisões reflectiram uma estratégia de contenção da procura agregada e de ancoragem das expectativas inflacionistas, preservando simultaneamente a estabilidade do sistema financeiro.

Em Novembro de 2025, perante sinais de desaceleração da inflação e maior equilíbrio no mercado monetário, o CPM decidiu iniciar um ciclo moderado de flexibilização, deliberando:

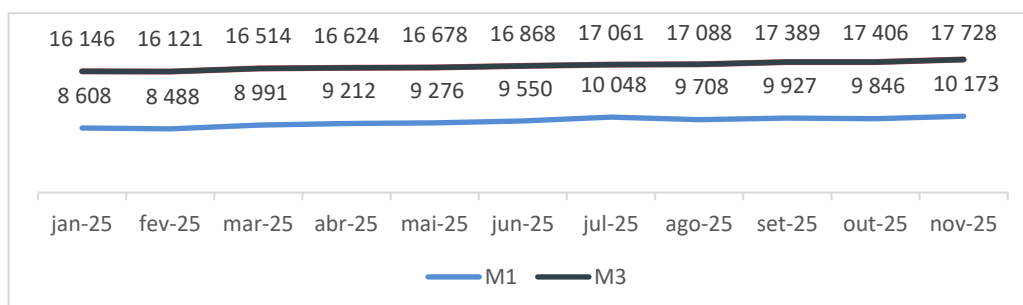
- a) Reduzir a Taxa BNA de 19,0% para 18,5%;
- b) Reduzir a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 20,0% para 19,5%;
- c) Reduzir a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de 17,0% para 16,5%.

Esta inflexão na orientação da política monetária traduziu-se numa sinalização de maior confiança na trajectória descendente da inflação, enquanto procurou estimular de forma controlada a actividade económica, reduzir os custos de financiamento e promover maior dinamismo no crédito ao sector produtivo.

Em 2025, os agregados monetários em Angola mantiveram-se reactivamente estáveis ao longo do ano, com crescimento gradual e controlado.

O agregado M1 (notas e moedas em poder do público) passou de 8 607,6 mil milhões de Kwanzas em Janeiro para 10 172,7 mil milhões de Kwanzas em Novembro e os agregados M2 (M1 + Quase-Moeda) e M3 (M2 + Outros instrumentos equiparáveis a depósitos), M2 e M3 são iguais, evoluíram de forma consistente passando de 16 146,3 mil milhões em Janeiro para 17 728,3 mil milhões em Novembro.

Agregados Monetários (Kz mil milhões)



Fonte: BNA

Sector Externo e Taxa de Câmbio

Segundo a Nota de Informação sobre as Estatísticas Externas do 3.º trimestre de 2025, o saldo da conta corrente foi superavitário em USD 376,5 milhões, equivalente a 1,2% do PIB, tendo registado um melhor desempenho face ao trimestre anterior, traduzido numa expansão de USD 186,9 milhões.

A evolução da conta corrente foi determinada, sobretudo, pelo aumento do saldo da conta de bens em 8,4%, bem como pela redução dos défices nos rendimentos primários e nas transferências correntes, que registaram melhorias de 11,6% e 43,6%, respectivamente.

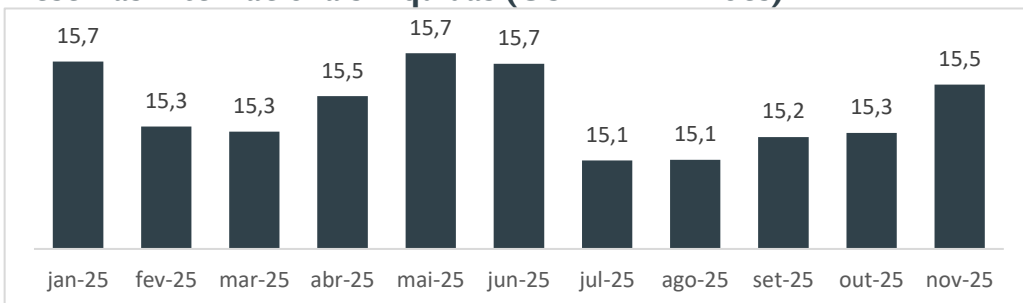
Saldo Conta Corrente (USD milhões)



Fonte: BNA

Em Novembro de 2025, o stock de Reservas Internacionais situou-se em USD 15,5 mil milhões, assegurando uma cobertura equivalente a 7 meses de importação de bens e serviços, o que reflecte um nível confortável de protecção externa.

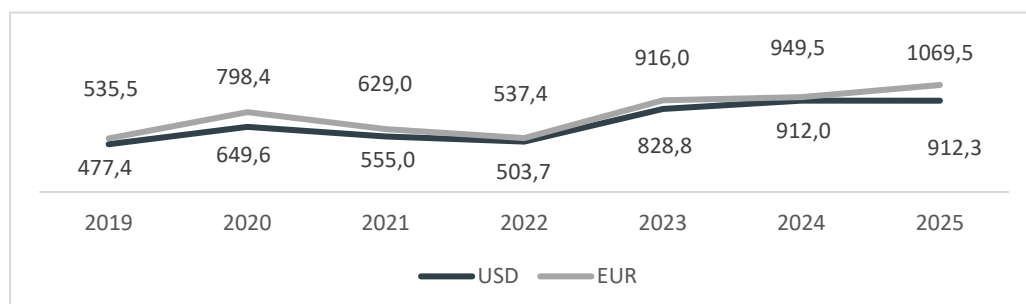
Reservas Internacionais Líquidas (USD mil milhões)



Fonte: BNA

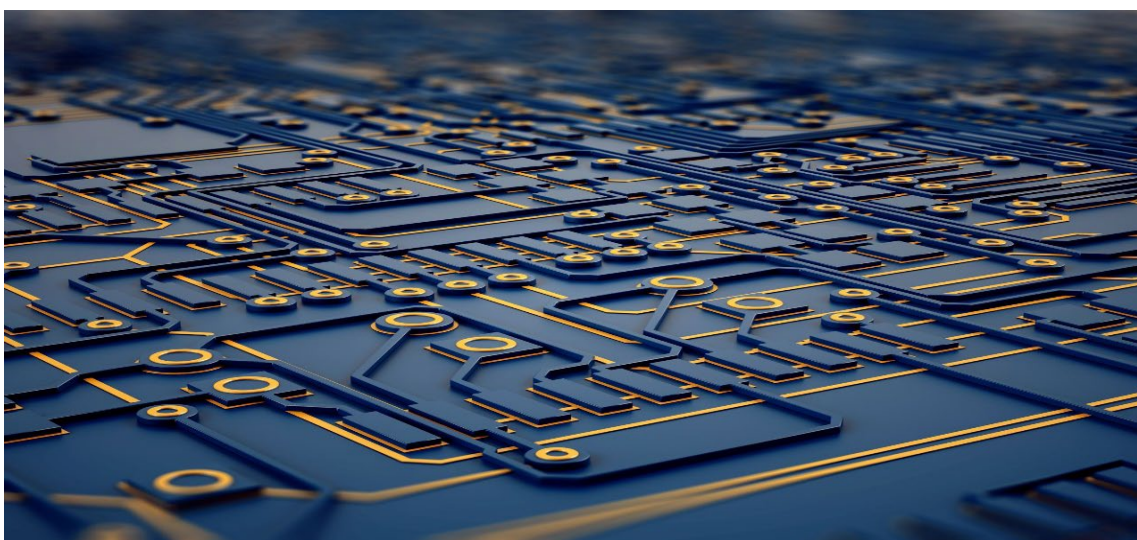
Relativamente à taxa de câmbio, observou-se em 2025 um comportamento diferenciado consoante a moeda de referência. O Kwanza evidenciou relativa estabilidade face ao dólar norte-americano (USD), com variações moderadas ao longo do ano, enquanto registou uma depreciação face ao euro (EUR), reflectindo a valorização desta moeda no mercado internacional.

Taxa de Câmbio



Fonte: BNA

III. O Mercado dos Organismos de Investimento Colectivo



A Oferta Pública de Venda (OPV) das acções do Banco de Fomento Angola (BFA) foi um dos eventos mais marcantes do mercado de capitais angolano em 2025, não apenas pela dimensão, mas também pelo impacto institucional que gerou no desenvolvimento do mercado accionista.

A oferta colocou 4 462 500 acções ordinárias, escriturais e nominativas, representativas de 29,75% do capital social e dos direitos de voto do Banco, com cada acção tendo valor nominal de Kz 6 000,00.

Os principais accionistas envolvidos na operação foram a Unitel S.A., que disponibilizou 15,00% do capital, e o Banco Português de Investimento (BPI), com 14,75%, no âmbito do programa de dispersão accionista e abertura ao mercado de capitais.

O preço unitário final foi fixado em 49 500 Kz por acção, resultando num montante total arrecadado de cerca de Kz 220,9 mil milhões, o que fez desta oferta a maior operação de bolsa alguma vez realizada em Angola.

A GRINER Engenharia S.A. levantou capital com sucesso através da emissão de um empréstimo obrigacionista por Subscrição Particular, 2025–2028, no montante global de Kz 20 000,0 mil milhões de Kwanzas.

A operação foi integralmente subscrita, evidenciando a confiança dos investidores institucionais na emissão.

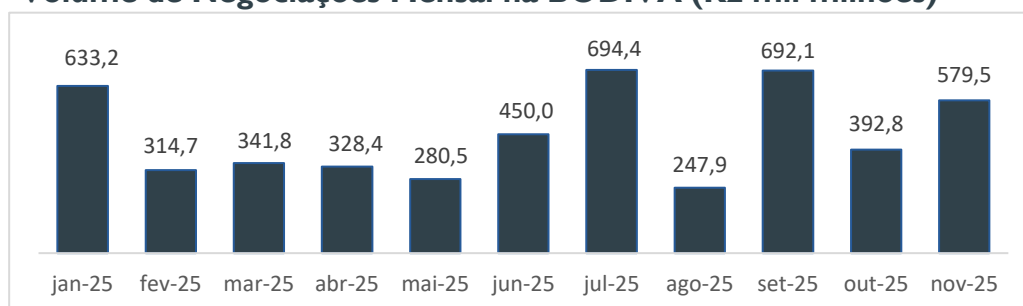
Mercado de Capitais

BODIVA

Ao longo de 2025, a actividade de negociação na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) evidenciou uma evolução consistente, marcada por períodos de maior intensidade transaccional e reforço da liquidez no mercado secundário.

Destacaram-se, em particular, os meses de Janeiro, Julho e Setembro, que registaram os níveis mais elevados de actividade ao longo do ano.

Volume de Negociações Mensal na BODIVA (Kz mil milhões)

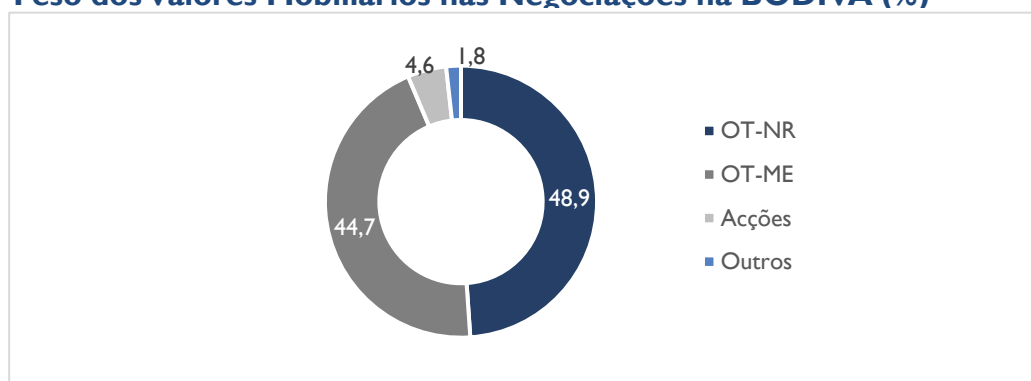


Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais Novembro 2025, CMC

Em Novembro de 2025, as Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis (OT-NR) assumiram a posição dominante no mercado regulamentado, representando 48,9% do volume total transaccionado, o equivalente a Kz 283,5 mil milhões.

Por sua vez, as Obrigações do Tesouro com Moeda Estrangeira (OT-ME) registaram uma participação de 44,7%, correspondendo a Kz 259,2 mil milhões, consolidando igualmente a forte predominância dos títulos de dívida pública na estrutura das negociações.

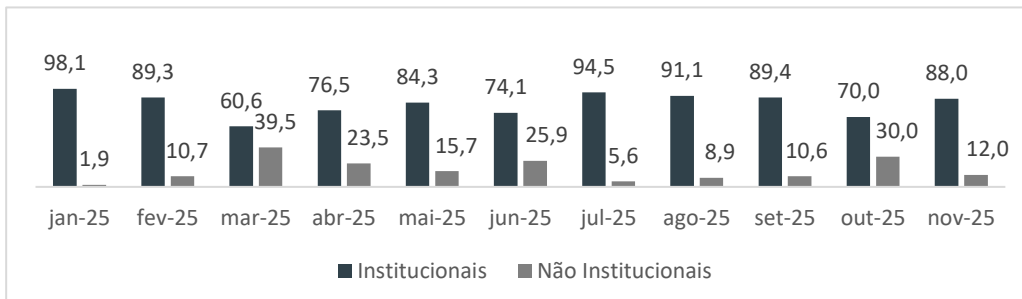
Peso dos Valores Mobiliários nas Negociações na BODIVA (%)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais Novembro 2025, CMC

No que se refere à participação dos investidores na BODIVA em Novembro de 2025, verificou-se que 88,0% das compras foram realizadas por investidores institucionais, enquanto os investidores não institucionais representaram os restantes 11,9%, evidenciando uma predominância significativa da participação dos investidores institucionais no referido mês.

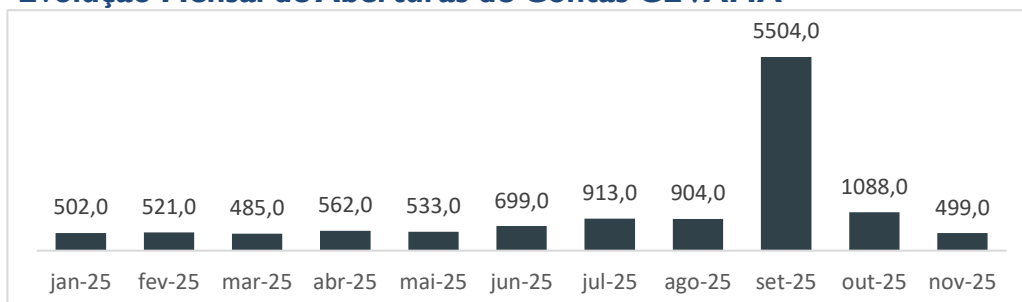
Quota de Participação por Tipologia de Investidores (%)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

No segundo semestre verificou-se um aumento significativo no número de aberturas de contas, fenómeno que esteve igualmente associado à realização de uma operação de oferta pública de venda de acções em primário e depois em secundário que despertou elevado interesse por parte de investidores interessados em participar no mercado de acções. Este contexto contribuiu para o alargamento da base de investidores e para uma maior dinamização do sistema de registo e custódia de valores mobiliários.

Evolução Mensal de Aberturas de Contas CEVAMA

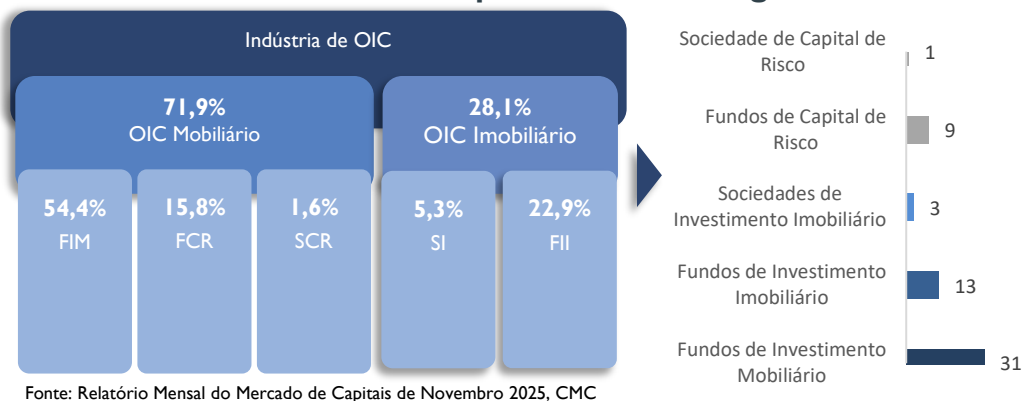


Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

Organismo de Investimento Colectivo

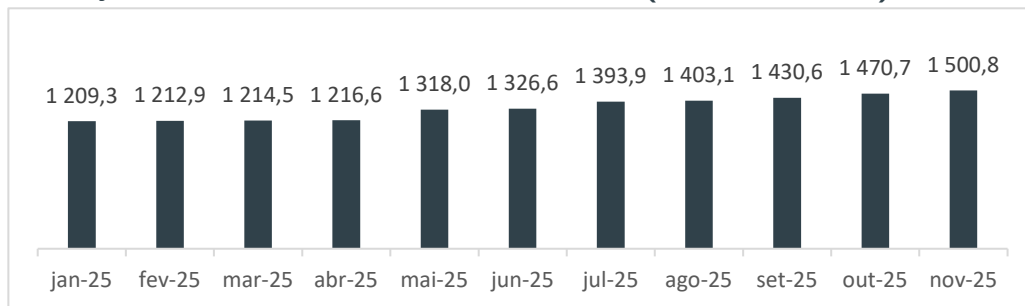
No período em análise, o total de Organismos de Investimento Colectivo (“OIC”) registados na Comissão do Mercado de Capitais situava-se em 57 OIC, destacam-se 31 fundos de investimento mobiliário (FIM), 13 fundos de investimento imobiliário (FII), 9 fundos de capital de risco (FCR), 3 sociedades de investimento imobiliário (SII) e 1 sociedade de capital de risco (SCR).

Dimensão do Mercado de OIC por nº Veículos Registados



Os activos dos OIC registaram um crescimento relevante, tanto ao nível do valor dos activos sob gestão como da sua representatividade no mercado. Este aumento reflecte a entrada de novos veículos de investimento, a diversificação da oferta disponível e o reforço da confiança dos investidores no mercado de capitais.

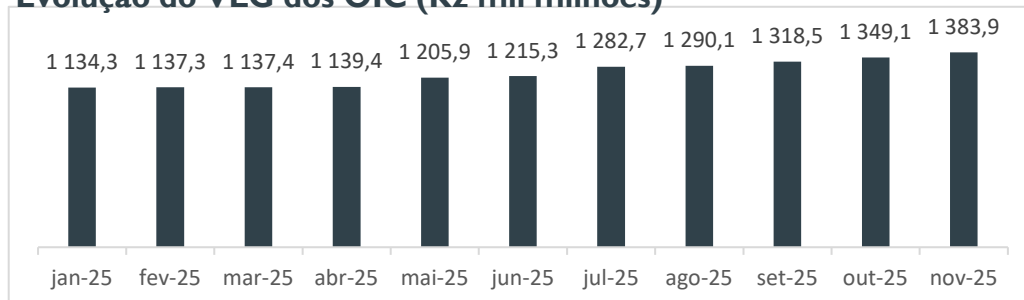
Evolução dos Activos sob Gestão dos OIC (Kz mil milhões)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

De igual modo, o Valor Líquido Global (VLG) registou também uma evolução positiva.

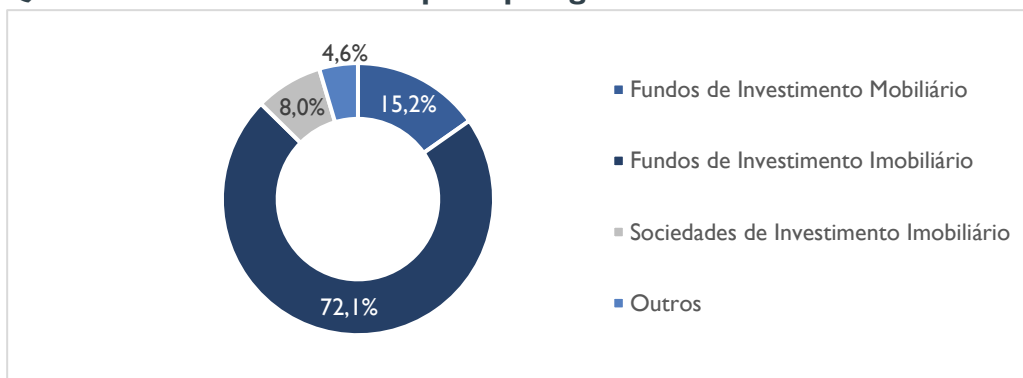
Evolução do VLG dos OIC (Kz mil milhões)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

Os fundos de investimento imobiliários representam a maior quota de mercado com 72,1%, seguidos dos fundos de investimento mobiliários.

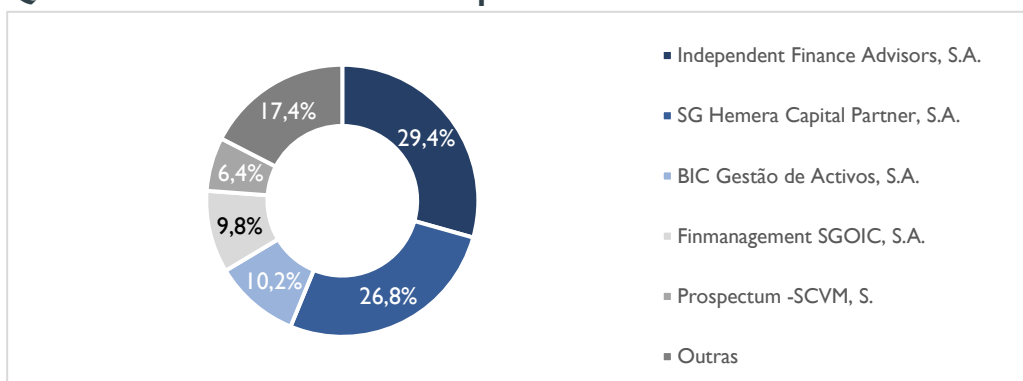
Quota de mercado de VLG por tipologia de OIC



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

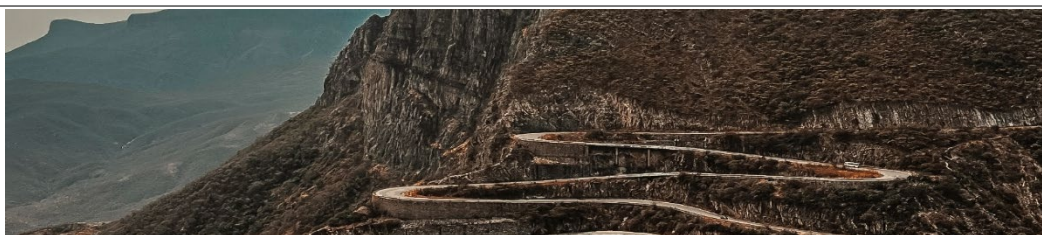
No que se refere à quota de mercado das principais Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo (SGOIC) em termos de activos sob gestão, verifica-se que a Independent Finance Advisors, S.A. com 29,4%, logo a seguir a SG Hemera Capital Partners, S.A., com uma quota de 26,8%, BIC Gestão de Activos, S.A. com 10,2%

Quota de mercado das SGOIC por Activos sob Gestão



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

IV. O Mercado Imobiliário



O mercado imobiliário angolano apresenta sinais consistentes de estabilização e gradual dinamização, motivado por melhorias no enquadramento macroeconómico e por um conjunto de investimentos estruturantes com potencial transformador e catalizador de investimentos no sector.

A procura habitacional permanece elevada, impulsionada pelo rápido crescimento urbano e pela reduzida oferta, o que tem sustentado o aumento dos *asking prices* com maior incidência em zonas de maior demanda. Por outro lado, é possível notar o impacto positivo do Aviso 9/22 na dinamização do sector, que, segundo dados do BNA, entre Dezembro de 2024 e Dezembro de 2025, a alocação de crédito às actividades imobiliárias cresceu 340%, aumentando transações e impulsionando a oferta de habitação elegível para financiamento segundo critérios do aviso.

O sector logístico e industrial afirma-se como um dos principais motores do crescimento do sector, alavancado por projectos estruturantes como o Corredor do Lobito, modernização do Porto do Lobito, pela expansão da ZEE do Bengo e pelo interesse de operadores internacionais como a DP World, AD Ports e a Dubai Investment Park. Em simultâneo, a inauguração do Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto, deverá atrair novos investimentos comerciais, hoteleiros e residenciais, consolidando um novo eixo económico na região de Luanda e Icolo e Bengo.

No campo regulatório, destaca-se a nova Lei da Alienação Fiduciária, que promete reduzir riscos para os financiadores, facilitar a concessão de crédito e estimular o financiamento habitacional. Ao reforçar a segurança jurídica e diminuir o risco bancário, esta legislação tem potencial para aumentar significativamente o acesso ao crédito e dinamizar transacções.

Os sinais observados apontam para uma trajectória favorável do contexto de mercado, reflectida num maior interesse por parte de investidores estrangeiros, numa estabilização gradual do ambiente macroeconómico, na melhoria das condições de cedência e acesso ao crédito, e no crescimento do sector logístico e projectos estruturantes em execução. Em conjunto, estes factores tendem a influenciar a dinâmica do mercado imobiliário angolano, criando condições para ajustamentos e oportunidades nos próximos anos.

Principais Segmentos do Mercado Imobiliário



Escritório

Em 2025, o segmento de escritórios manteve um nível de actividade estável, com evidências de recuperação à medida que a economia se consolida, e que o sector não petrolífero ganha dinamismo.

A estabilização cambial, o reforço do investimento em infraestruturas e o crescente interesse de investidores estrangeiros, sobretudo nas áreas da agroindústria e dos serviços, indicam uma tendência de aumento da procura por espaços de escritórios nos próximos anos. Esta procura deverá concentrar-se sobretudo em imóveis de melhor qualidade, alinhados com padrões internacionais de operação, eficiência e



- Forte investimento em infraestruturas;
- Atracção de novos *players* no campo do Investimento Directo Estrangeiro;
- Aumento de concessões petrolíferas do mineiras.



- A volatilidade dos mercados internacionais;
- Custo alto de financiamento.



Habitação

Em 2025, registou-se um aumento generalizado da procura no segmento residencial, tanto para arrendamento como para aquisição de imóveis, o que se traduziu em maior volume de transacções e numa subida dos preços em Kwanzas.

Entre os principais elementos que têm influenciado o desempenho deste segmento destaca-se a melhoria gradual do acesso ao crédito pelas famílias, comparativamente aos anos anteriores, bem como a disponibilidade crescente de produtos direccionados para a classe média. Neste contexto, o Aviso 9 do BNA tem desempenhado um papel relevante, contribuindo para criar condições mais favoráveis ao



- Crescimento da procura por habitação;
- Crescente procura empresarial por soluções de habitação destinadas a colaboradores;
- Medidas do BNA de estímulo ao crédito imobiliário e à construção de habitação para a classe média.



- Baixo nível do rendimento e poupança das famílias;
- Baixa oferta de produto dirigido para a classe média.

Principais Segmentos do Mercado Imobiliário



Comércio

O retalho mostra uma resiliência seletiva, onde cadeias alimentares e de conveniência seguem a expandir em novos formatos, enquanto centros comerciais bem geridos preservam tráfego e performance. O consumo ainda é sensível a preços e rendimento disponível, mas a entrada e expansão de marcas e a evolução de formatos de proximidade apoiam o segmento.

Os segmentos de retalho da área alimentar, telecomunicações, móveis e decoração e moda têm suportado este crescimento, tais como a Shoprite, Africel, MDC, Centro Óptico, Ópticas NOA e Hugo Boss.



- Retoma de crescimento do PIB;
- Expansão das maiores cadeias de retalho.



- Redução do poder de compra;
- As altas taxas de juro de crédito praticadas na economia.



Indústria e Logística

O Executivo tem reforçado a implementação de grandes projectos logísticos, com recurso a investimento público e privado, como o novo Aeroporto Internacional de Luanda, o Terminal da Barra do Dande, os Caminhos-de-Ferro de Benguela, o Porto do Lobito e o Dubai Investment Park, integrados numa rede de 21 plataformas logísticas destinadas a melhorar a articulação entre diferentes meios de transporte.

Com a conclusão destes investimentos, prevê-se o surgimento de novos produtos imobiliários ajustados às necessidades operacionais destes projectos, bem como uma valorização gradual dos activos localizados nas áreas de influência directa dos mesmos.



- Desenvolvimento do Corredor do Lobito;
- Activação do Novo Aeroporto de Luanda;
- Desenvolvimento de novas plataformas logísticas.



- Baixo nível de actividade industrial;
- As altas taxas de juro de crédito praticadas na economia.

V. Actividade 2025

Em 2025, a economia angolana continuou a enfrentar um contexto económico exigente, marcado por crescimento moderado, pressões da inflação persistentes e vulnerabilidades estruturais, conforme identificado pelo Fundo Monetário Internacional nos seus relatórios e missões de acompanhamento.

De acordo com o relatório de fundamentação do Orçamento Geral Estado (OGE) para 2026, crescimento em 2025 ficou condicionado pelo desempenho do sector petrolífero que decresceu apenas 3,23%. A economia apresentou um crescimento de 3,0% em termos reais, sob o impulso do sector não petrolífero com uma taxa de crescimento real de 4,5%, atenuando o crescimento negativo esperado do sector petrolífero, incluindo a produção de gás.

O exercício de 2025 da SGHCP foi marcado por um desempenho positivo, reflectido num Activo Líquido de **Kz 2,8 mil milhões**, Proveitos de **Kz 3,5 mil milhões** e um Resultado Operacional de **Kz 118 milhões**.

Mais do que os resultados financeiros alcançados, o ano ficou igualmente caracterizado por avanços estruturantes ao nível estratégico, operacional e organizacional, consolidando a posição da Sociedade num contexto económico desafiante, marcado por pressões inflacionistas e incerteza macroeconómica.

Ao longo do exercício, a SGHCP reforçou o seu foco na **eficiência operacional, robustez de controlo interno e transformação tecnológica**, pilares fundamentais para a sustentabilidade do modelo de negócio. Destaca-se igualmente a aposta contínua nas nossas **Pessoas**, enquanto vector crítico de diferenciação e criação de valor. De onde, foram efectuadas programas de capacitação técnica e de liderança, dando sequência ao programa “Caminho da Liderança”, bem como o reforço de iniciativas relacionadas com o bem-estar, onde destacamos o reforço da saúde mental, através da disponibilização de um psicólogo para melhor acompanhamento das nossas Pessoas.

No domínio da **eficiência operacional** permitiu-nos mapear, rever e melhorar um número significativo de processos críticos, promovendo maior padronização, redução de redundâncias e aumento da eficiência na execução operacional. Este esforço foi suportado pela melhoria dos fluxos de informação e pela integração de sistemas, o que permitiu ganhos relevantes em termos de produtividade, controlo e fiabilidade. Em paralelo, reforçaram-se mecanismos de monitorização e indicadores de desempenho operacional, assegurando uma gestão mais proactiva e orientada para a eficiência, com implementação de um conjunto de mapas e indicadores de controlo de gestão.

Na sequência de actividades para **robustez de controlo interno**, destacamos a análise e contributos para um conjunto de normativos e regulação que foram colocados para análise pública. O nosso foco do exercício incidiu na operacionalização e maturidade dos controlos implementados com

desenvolvimento e actualização de manuais e políticas internas, bem como análise de um novo software, mais robusto e transversal as nossas actividades, garantindo a sua aplicação consistente ao longo dos diversos processos da organização, reforçando a capacidade de deteção e resposta a riscos, num ambiente de maior exigência regulatória.

No domínio da **transformação tecnológica**, a SGHCP deu em 2025 passos decisivos na modernização da sua infraestrutura e capacidades digitais, consolidando iniciativas estruturantes com impacto directo na eficiência e qualidade operacional. Destacamos a conclusão do projecto de substituição do software core, que permitiu reforçar a robustez, escalabilidade e integração dos sistemas, bem como melhorar a prestação de informação de gestão. Em paralelo, a Sociedade avançou com o desenvolvimento de soluções inovadoras com recurso a Inteligência Artificial, nomeadamente na área de avaliação de imóveis, potenciando maior rapidez, consistência e rigor nos processos de análise. Estas iniciativas, aliadas à contínua automação de processos e optimização dos fluxos operacionais, contribuíram para um modelo mais ágil, eficiente e preparado para responder às exigências crescentes do mercado.

Em paralelo, aprofundámos o nosso compromisso com a sustentabilidade, tendo concluído com sucesso o reporte anual no âmbito do UN Global Compact e dos Principles for Responsible Investment (PRI). Ao longo do exercício, foi igualmente iniciada a preparação do Relatório de Sustentabilidade 2025, reforçando a integração de princípios ESG na actividade da Sociedade. Destaca-se ainda a dinamização de iniciativas internas de sensibilização e alinhamento organizacional, bem como a participação activa em eventos promovidos pelo UN Global Compact, consolidando o posicionamento da SGHCP enquanto entidade comprometida com práticas responsáveis e com a criação de valor sustentável no longo prazo.

Presidente do Conselho de
Administração

Vogal do Conselho de Administração

VI. OIC sob Gestão

A SG Hemera Capital Partners, S.A. tem sob sua gestão 1 OIC imobiliário e 2 OICs mobiliários, sendo 1 fundo de capital de risco, totalizando mais de Kz 402 mil milhões em activos sob gestão.



Liquidez Prime Fund

- Fundo de Investimento Mobiliário Aberto;
- Fundo de subscrição pública;
- AuM > Kz 21 mil milhões.



Pactual Property Fund

- Fundo de Investimento Imobiliário Fechado;
- Fundo de subscrição particular;
- AuM > Kz 378 mil milhões.



Dual Impact Fund

- Fundo de Investimento de Capital de Risco Fechado;
- Fundo de subscrição particular;
- AuM > Kz 3 mil milhões.

VII. Perspectivas 2026

Em 2026, o enquadramento económico e político internacional deverá continuar marcado por um elevado grau de incerteza, decorrente da persistência de tensões geopolíticas, nomeadamente no Médio Oriente e da continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia. Estes factores têm contribuído para a volatilidade dos mercados globais, com impacto direto nos preços da energia, matérias-primas e cadeias de abastecimento, pressionando a inflação o que poderá traduzir-se num ritmo mais lento de recuperação económica em várias geografias. Neste contexto, antecipa-se a manutenção de políticas monetárias cautelosas e um ambiente financeiro global ainda exigente.

No plano nacional, a economia angolana deverá continuar com alguma incerteza associados à evolução dos preços internacionais do petróleo, à pressão inflacionista e à necessidade de consolidação macroeconómica. Contudo, perspetiva-se uma trajetória de crescimento moderado, suportada por iniciativas de diversificação económica e por reformas estruturais em curso. A estabilidade cambial, o controlo da inflação e a capacidade de atrair investimento serão factores determinantes para a consolidação do ambiente económico e empresarial.

Relativamente ao sector do mercado de capitais em Angola, 2026 poderá representar um período de ajustamento e evolução, marcado pela revisão de taxas aplicáveis às sociedades, que poderá ser um factor condicionador do crescimento do mercado pelo impacto das mesmas. Destacar igualmente, o reforço do enquadramento regulatório e a progressiva adopção de normas internacionais de relato financeiro, nomeadamente as IFRS. Sendo expectável que essas mudanças contribuam para o aumento da transparência, credibilidade e comparabilidade da informação financeira, criando assim condições mais favoráveis para o desenvolvimento do mercado.

Adicionalmente, as perspetivas de dinamização de operações de mercado, incluindo potenciais processos de oferta pública inicial (IPOs), poderão desempenhar um papel relevante na profundidade e atratividade do sector.

Neste enquadramento, a SGHCP encara 2026 com uma abordagem prudente, mas orientada para a consolidação e crescimento sustentável da sua atividade. A Sociedade continuará focada no reforço da eficiência operacional, na robustez do seu modelo de controlo interno e na continuidade da transformação tecnológica, assegurando a adaptação às exigências regulatórias e às dinâmicas de mercado. Paralelamente, manter-se-á o compromisso com a criação de valor para os seus stakeholders, assente numa gestão disciplinada, na valorização das nossas Pessoas e na integração de princípios de sustentabilidade, posicionando-nos de forma sólida para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que o novo ciclo económico poderá proporcionar.

Luanda, 3 de Março de 2026

Presidente do Conselho de
Administração

Vogal do Conselho de Administração

VIII. Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

		31-12-2025			31-12-2024
	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Liquido	Período Anterior
Activo					
Disponibilidades	3	297.867	-	297.867	363.684
Numerário		-	-	-	5
Disponibilidades em Instituições Financeiras		297.867	-	297.867	363.679
Aplicações	3	832.353	-	832.353	543.767
Aplicações em Instituições Financeiras		832.353	-	832.353	543.767
Créditos	4	302.812	-	302.812	317.406
Valores a Receber de Sociedades Geridas		302.812	-	302.812	317.406
Negociação e Intermediação de Valores	5	1.028.499	-	1.028.499	351.067
Diversos		1.028.499	-	1.028.499	351.067
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	6	1.044.723	(793.098)	251.626	208.693
Activos Fixos Tangíveis		395.800	(297.279)	98.521	151.303
Activos Fixos Intangíveis		543.083	(495.819)	47.264	57.390
Activo fixo intangível em curso		105.840	-	105.840	-
TOTAL DO ACTIVO		3.506.255	(793.098)	2.713.158	1.784.618
Passivo e Fundos Próprios					
Outras Obrigações	7	1.103.572	-	1.103.572	259.690
Obrigações de Natureza Social ou Estatutária		1.100.852	-	1.100.852	238.355
Outras Obrigações de Natureza Fiscal		2.720	-	2.720	21.335
Negociação e Intermediação de Valores		106.771	-	106.771	-
Accionistas		106.771	-	106.771	-
TOTAL DO PASSIVO	7	1.210.343	-	1.210.343	259.690
Capital Proprio		30.000	-	30.000	30.000
Reserva Legal		447.869	-	447.869	434.523
Lucros e Prejuízos Acumulados		940.288	-	940.288	926.941
Resultado Líquidos do Exercício		84.658	-	84.658	133.464
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	8	1.502.815	-	1.502.815	1.524.928
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS		2.713.158	-	2.713.158	1.784.618

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA)

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

Administrador

Presidente do Conselho de
Administração

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS - SGOIC, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA)

	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Proveitos			
Juros e outros Rendimentos	9	3.439.814	3.312.437
Juros de Depósito a Prazo		57.735	88.564
Comissão de Gestão		3.379.668	3.223.873
Activos Não Financeiros		2.412	-
Rendimentos de Câmbio		13.490	30.491
Outros Rendimentos		7.724	-
TOTAL DOS PROVEITOS		3.461.029	3.342.928
Despesas		89.668	55.894
Juros e outras Despesas	10	378	5.249
Impostos	11	45.086	43.333
Multas	12	44.203	7.312
Custos e Perdas Operacionais	13	3.153.610	3.085.309
Prestação de Serviços		872.466	848.777
Perdas de câmbio		40.308	59.642
Custo com Pessoal		2.076.884	1.963.293
Amortizações e Depreciações		163.951	213.596
Outros Custos e Perdas Operacionais	14	67.389	19.258
Resultado não Operacional		67.389	19.258
TOTAL DAS DESPESAS		3.310.667	3.160.461
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		150.362	182.467
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	11	(65.704)	(49.004)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		84.658	133.464

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Administrador

**Presidente do Conselho de
Administração**

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA)

	Capital próprio	Reservas e fundos	Lucros e prejuízos	Resultado líquido do	Fundos próprios
Saldo inicial 01-01-2024	30.000	373.271	865.690	612.516	1.881.477
Transferência do resultado de 2023					
Reserva legal	-	61.252	-	(61.252)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados			61.252	(61.252)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	(490.013)	(490.013)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	133.464	133.464
Saldo no final em 31-12-2024	30.000	434.523	926.941	133.464	1.524.928
Transferência do resultado de 2024					
Reserva legal	-	13.346	-	(13.346)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados			13.346	(13.346)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	(106.771)	(106.771)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	84.658	84.658
Saldo no final em 31-12-2025	30.000	447.869	940.288	84.658	1.502.815

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Administrador

Presidente do Conselho de Administração

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA)

	31-12-2025	31-12-2024
Fluxos de Caixa de Juros e Outros Rendimentos		
Recebimentos de proveitos de disponibilidades	600 000	1 750 000
Recebimentos de Proveitos inerentes à Comissão de Gestão	3 169 887	2 973 429
Recebimentos de Proveitos de Outros Juros e Proveitos Equiparados	58 358	76 679
Recebimentos de Proveitos inerentes à outros rendimentos Operacionais	44 256	227 458
FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS	3 872 501	5 027 566
Fluxos de Caixa de Juros e Outras Despesas		
Pagamentos de Custos de Disponibilidades	(900 000)	(1 100 000)
Fluxos de Caixa de Impostos		
Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos Pagos em Angola	(523 255)	(637 501)
Fluxos de Caixa de Multas	(10 190)	(1 312)
Fluxos de Caixa de Custos e Perdas Operacionais		
Pagamento de Custos de Inerentes à Prestação de Serviços	(1 406 287)	(1 531 363)
Pagamento de Custos de Inerentes aos Custos com Pessoal	(1 097 917)	(1 333 145)
Pagamento de Custos Inerentes às Amortizações e Depreciações	(1 830)	(905)
Fluxo de Caixa de Liquidação de Dividendos		
Pagamento de Liquidações de Dividendos	-	(490 013)
FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTOS	(3 939 479)	(5 094 239)
SALDO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO EXERCÍCIO	(66 978)	(66 674)
Efeitos das variações cambiais	1 161	324
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	363 684	430 034
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO FIM DO EXERCÍCIO	297 867	363 684

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Administrador

**Presidente do Conselho de
Administração**

IX. Anexos às Demonstrações Financeiras

I. ACTIVIDADE

A SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A. (“HCP” ou “Sociedade”), é uma instituição financeira não bancária autorizada para o exercício das respectivas funções pela Comissão de Mercados de Capitais (“CMC”), sob o nº 002/SGOIC/CMC/07-19, desde 12 de Julho de 2019.

A Sociedade foi constituída por Escritura Publica de 18 de Abril de 2019, tendo como objecto social a gestão profissional de um ou mais organismos de investimento colectivo, comercialização de unidades de participação e prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade opera e tem sede social na Via S8, Condomínio Cidade Financeira, Talatona – Luanda Sul, Distrito Urbano de Talatona.

No que se refere à estrutura accionista, conforme detalhado na Nota 8, a Sociedade é detida maioritariamente pela MILOS Capital Partners, S.A..

<Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o Valor Líquido Global dos Fundos sob a gestão da HCP era o seguinte:

Designação	Data de início de actividade	Valor Líquido Global do Fundo	
		31-12-2025	31-12-2024
Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	06 de Junho de 2016	320.935.320	318.609.965
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	06 de Junho de 2016	2.114.349	18.174.198
Dual Impact Fund – Fundo de Capital de Risco de Subscrição Particular	10 de Fevereiro de 2022	3.593.770	3.435.190

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e com as normas contabilísticas aplicáveis às Sociedades Gestoras, emitidas pela Comissão de Mercados de Capitais (CMC), em vigor em 30 de Junho de 2024.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Abril de 2026.

De acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das Demonstrações Financeiras:

- O Balanço;
- A Demonstração de Resultados;
- A Demonstração de Mutações dos Fundos Próprios;
- A Demonstração de Fluxos de Caixa;
- As Notas às demonstrações financeiras.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no regulamento da CMC, sendo que, as notas cuja numeração se encontra ausente, não são aplicáveis à Sociedade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, tendo as demonstrações financeiras sido preparadas com base no princípio da continuidade das operações e do acréscimo, respeitando as características da relevância e fiabilidade e em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2025 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5º do Banco Nacional de Angola (“BNA”), tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio indicativo publicado pelo BNA naquelas datas. Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os câmbios indicativos do Kwanza (“Kwanzas” ou “AOA”), publicados pelo BNA, face às divisas a que a entidade se encontra mais exposta eram os seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
USD	912,29	912,000
EUR	1.069,52	949,483
GBP	1.225,70	1.143,57

2.2 Comparabilidade

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2025.

2.3 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados na rubrica “Juros e outros rendimentos – Juros de depósitos a prazo” (Nota 9).

c) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multicurrency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data de transacção.

d) Disponibilidades

O saldo de disponibilidades compreende os valores em caixa e todos os saldos em Bancos, imediatamente mobilizáveis, acrescidos dos rendimentos auferidos e ainda não recebidos até à data do balanço.

e) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Sociedade considera como

disponibilidades o total dos saldos das rubricas de disponibilidades em instituições financeiras.

f) Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros custos e perdas”.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do período numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, enquadrado nos seguintes intervalos:

	<u>Vida útil</u>
Equipamento de carga e transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outras imobilizações corpóreas	3 - 8

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos fixos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na demonstração de resultados do período. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto na demonstração de resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

Activos Fixos Intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da sociedade. Os activos fixos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

g) Regime fiscal

Imposto Industrial – Regime Geral

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial, nos termos do Regime Geral de tributação. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/20, de 20 de Julho) sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 25%, de acordo com o n.º I do artigo 64.º da referida Lei.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos ao lucro tributável de um ou mais dos cinco exercícios posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto Industrial-retenção na fonte

Nos termos do artigo 67.º do Código do Imposto Industrial, a Sociedade deve proceder à retenção na fonte, em sede de Imposto Industrial, sobre os sujeitos passivos de Imposto Industrial residentes em Angola que exercem actividades de prestação de serviços, à taxa de 6,5%. Por outro lado, de acordo com o artigo 73.º do referido Código, que estabelece o Regime Especial de Tributação de Serviços Acidentais, a Sociedade deve proceder à retenção na fonte, em sede de Imposto Industrial, à taxa de 6,5%, sobre serviços prestados em território nacional por pessoas colectivas sem sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola.

h) Redução no valor recuperável de outros activos (imparidade)

A Sociedade avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

A Sociedade avalia a recuperabilidade dos valores devidos através da análise da degradação da qualidade creditícia do(s) devedor(es).

i) Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

j) Benefícios a colaboradores

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, a Sociedade releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

k) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a entidade gestora cobra uma comissão de gestão mensal flexível, de acordo com a evolução do Valor Líquido Global do Fundo, conforme o modelo infra descrito:

Valor líquido global	Taxa comissão de gestão
Até 60 000 000 000	2,15%
60 000 000 001 a 140 000 000 000	1,75%
140 000 000 001 a 200 000 000 000	1,35%
> 200 000 000 001	0,95%

Assim, tendo em conta o valor líquido global do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a entidade gestora cobra uma comissão nominal fixa anual de gestão de 0,95% sobre o valor líquido global do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, devendo ser paga trimestral e postecipadamente.

A Sociedade Gestora terá ainda direito a receber do Fundo uma comissão de desempenho, tal como definida naquele regulamento.

Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a Sociedade Gestora cobra uma comissão nominal fixa anual de gestão de 1,25% sobre o Valor Líquido Global do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos de investimento geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo) antes de comissões e taxa de supervisão, devendo ser paga mensal e postecipadamente.

Dual Impact Fund – Fundo de Capital de Risco de Subscrição Particular

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a Sociedade Gestora cobra ao Fundo, trimestral e antecipadamente, uma comissão de gestão igual ao maior dos seguintes montantes:

- i) Taxa de comissão de gestão nominal fixa anual de 2,75% sobre: a) o montante total global das unidades de participação subscritas na respectiva fase de subscrição, durante o período de investimento, b) após este período, sobre o Valor líquido do fundo, ou
- ii) Cem milhões de kwanzas anualmente (100.000 mAOA).

Adicionalmente, constitui encargo do Fundo para com a Sociedade, o montante equivalente a 0,90% sobre o total do capital subscrito do Fundo, decorrente da constituição, organização do Fundo e subscrição das unidades de participação. Cada investidor, incluindo as entradas posteriores ao primeiro closing, deverão suportar numa proporção pro-rata este custo. De acordo com o Regulamento de gestão do Fundo, a Sociedade Gestora terá ainda direito a receber do Fundo uma comissão de desempenho anual, tal como definido na “Política de distribuição de rendimentos do Fundo”.

l) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências.

m) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

n) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas o Conselho de Administração efectuou juízos de valor e estimativas e utilizou diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras

serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	Moeda	31-12-2025	31-12-2024
Caixa			
Notas e moedas	AOA	-	5
		-	5
Disponibilidades em instituições financeiras			
Depósito à ordem			
Banco Millennium Atlântico	AOA	181.766	203.871
Banco de Comércio e Indústria	AOA	50.000	-
Standard Bank	AOA	41.928	42.031
Banco Millennium Atlântico	EUR	10.343	9.182
Banco Angolano de Investimento	AOA	9.308	105.335
Banco Económico	AOA	-	3.260
Outros depósitos			
Banco Angolano de Investimento	AOA	4.523	-
		297.867	363.679
Aplicações em Instituições Financeiras			
Certificados de depósitos	AOA	800.000	500.000
Juros corridos	AOA	32.353	43.767
		832.353	543.767
		1.130.221	907.451

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Disponibilidades em instituições financeiras” é integralmente constituída por depósitos à ordem, não remunerados.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica “Aplicações em instituições financeiras”, registou os seguintes depósitos a prazo, apresentados cronologicamente, como segue:

QT	Data de constituição	Data de vencimento	Estado na data de referência	Moeda	Taxa de juro anual	Montante de constituição	Juros em Balanço	Juros corridos e recebidos desde 01-01-2025 (Nota 9)
Banco Millennium Atlântico, S.A.								
1	31-12-2024	22-03-2025	Vencido	AOA	12,50%	300 000	-	8 322
2	22-03-2025	31-12-2025	Vivo	AOA	12,50%	300 000	26 260	29 178
3	31-12-2024	18-02-2025	Vencido	AOA	9,38%	200 000	-	2 517
4	26-06-2025	24-09-2025	Vencido	AOA	11,25%	200 000	-	5 548
5	30-09-2025	31-12-2025	Vivo	AOA	15,50%	150 000	5 274	5 860
6	04/06/2025	10-09-2025	Vencido	AOA	17,00%	100 000	-	4 564
7	10-09-2025	12-11-2025	Vencido	AOA	4,13%	100 000	-	712
8	27-10-2025	11-11-2025	Vencido	AOA	3,00%	100 000	-	123
							31 535	56 825
Banco de Comércio e Indústria								
1	30-12-2025	31-12-2025	Vivo	AOA	17,00%	200 000	168	186
2	20-12-2025	31-12-2025	Vivo	AOA	16,00%	150 000	651	723
							819	910
							32 353	57 735

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica “Aplicações em instituições financeiras” apresentou uma taxa de remuneração média ponderada de 11,825%.

4. CRÉDITOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Valores a Receber de Sociedades Geridas		
Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	259.157	257.499
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	22.489	38.223
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	21.167	21.167
Fundo Gama - Fundo de Investimento Mobiliário Fechado	-	517
	302.812	317.406

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o saldo desta rubrica refere-se, essencialmente, às comissões de gestão cobradas pela Sociedade, a receber dos Fundos sob gestão referentes essencialmente ao último mês de 2025 e 2024.

5. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Negociação e Intermediação		
Outros valores a receber	509.719	-
Imposto Industrial - Retenção na fonte	323.261	168.419
Diferimentos de Seguros	109.260	83.512
Devedores diversos	33.184	13.784
Outros diferimentos	21.438	7.247
Adiantamentos a fornecedores	16.294	20.150
Adiantamento a colaboradores	15.343	57.955
	1.028.499	351.067

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Outros valores a receber” referindo essencialmente a valores associados ao acordo de partilha e imputação de custos que totalizou valor a receber de 311 milhões de kwanzas para a entidade Hemera Capital Partners Securities - SDVM S.A., e 199 milhões de kwanzas a entidade Hemera Capital Partners S.A.. A natureza destes montantes decorre da disponibilização temporária de recursos humanos, cujos custos serão posteriormente reflectidos na facturação a emitir as entidades beneficiárias.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Imposto Industrial – Retenção na Fonte” refere-se a retenções na fonte do imposto industrial previsto na Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, efectuadas pelos Fundos sobre as comissões de gestão cobradas pela Sociedade, após dedução ao montante apurado de imposto industrial a pagar.

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Diferimentos de Seguros” desagrega-se essencialmente da seguinte forma:

- Seguro de saúde, no valor de 89 milhões de Kwanzas; e
- Seguro de acidente de trabalho, no valor de 19 milhões de Kwanzas.

Esses valores dizem respeito aos montantes a serem reconhecidos em períodos futuros.

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Devedores diversos” inclui por valores a receber da entidade HCP Securities – SDVM, referente a despesas realizadas em seu nome, para além de pagamentos efectuados a fornecedores, para os quais, aguardamos a recepção das respectivas facturas.

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Adiantamentos a colaboradores”, refere-se essencialmente a saldos de cartões pré-pagos.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Activos Fixos Tangíveis		
Equipamento de Transportes	167.522	167.522
Equipamento de Administrativo	171.117	170.069
Outras imobilizações corpóreas	57.161	42.651
Depreciações acumuladas	(297.279)	(228.939)
	98.521	151.303
Activos Fixos Intangíveis		
Softwares	543.083	459.389
Amortizações acumuladas	(495.819)	(401.998)
Activo fixo intangível em curso	105.840	-
	153.104	57.390
	251.626	208.693

O movimento ocorrido na rubrica de activos fixos tangíveis e intangíveis durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

Rubricas	31-12-2024			31-12-2025				
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Alienações	Abates/Transf's	Amortizações do exercício	Saldo final
Activos Fixos Tangíveis								
Equipamento de Transportes	167.522	127.792	39.730	-	2.412	2.412	20.961	18.769
Equipamento de Administrativo	170.069	92.510	77.559	1.048	-	-	36.836	41.771
Outras imobilizações corpóreas	42.651	8.636	34.015	14.510	-	-	10.542	37.982
	380.242	228.939	151.304	15.558	2.412	2.412	68.340	98.521
Activos Fixos Intangíveis								
Softwares	459.389	401.998	57.390	83.695	-	(1.791)	95.611	47.264
Activo fixo intangível em curso	-	-	-	105.840	-	-	-	105.840
	459.389	401.998	57.390	189.535	459.389	(1.791)	95.611	153.104
	839.631	630.937	208.694	205.092	461.801	622	163.951	251.626

Rubricas	31-12-2023			31-12-2024				
	Valor bruto	amortizadas	Valor líquido	Aumentos	Alienações	Transf's	do exercício	Saldo final
Activos Fixos Tangíveis								
Equipamento de Transportes	149.322	88.945	60.377	18.200	-	-	38.847	39.730
Equipamento de Administrativo	120.098	55.539	64.559	49.971	-	-	36.971	77.559
Outras imobilizações corpóreas	13.515	1.690	11.825	29.137	-	-	6.947	34.014
	282.935	146.174	136.761	97.308	-	-	82.765	151.303
Activos Fixos Intangíveis								
Softwares	310.037	271.167	38.870	149.351	-	-	130.831	57.390
	310.037	271.167	38.870	149.351	-	-	130.831	57.390
	592.972	417.341	175.631	246.659	-	-	213.596	208.693

Em 2025, a rubrica “Aumentos”, inclui essencialmente:

- Aquisição software core de gestão dos fundos; e
- Aquisição de uma plataforma tecnológica com recurso a inteligência artificial que permita ler e analisar os relatórios de avaliação.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Obrigações de natureza social ou estatutária:		
Encargos a pagar		
Prémios	892.310	-
Licença SGC Asset Management	-	-
Subsídios de férias	88.370	80.243
Auditoria	22.350	20.160
Outros encargos	3.097	8.580
Seguros	2.965	2.328
Deslocação e estadas	2.098	2.098
Comunicação	1.252	1.022
	1.012.442	114.431
Empréstimos bancários		
BMA - Leasing viaturas	-	3.448
	-	3.448
Obrigações de natureza social ou estatutária		
Fornecedores correntes	76.877	111.881
Pessoal	540	605
Outros credores	10.992	7.990
	88.410	120.476
Negociação e Intermediação de Valores		
Accionistas	106.771	-
	106.771	-
Obrigações de natureza fiscal:		
Imposto industrial		
Imposto corrente		
Relativo a 2025		
Imposto	65.704	-
Dedução de retenções na fonte	(65.704)	-
Relativo a 2024		
Imposto	-	49.004
Dedução de retenções na fonte	-	(49.004)
Impostos industrial - retenção na fonte	1.113	958
Imposto sobre o rendimento de trabalho	854	19.734
Segurança social	415	643
Imposto sobre o valor acrescentado	338	-
	2.720	21.335
	1.210.343	259.690

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Obrigações de Natureza Social ou Estatutária – Prémios” refere-se a prémios de desempenho a pagar referente ao exercício de 2025.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Fornecedores correntes” diz essencialmente respeito a valor a liquidar referentes a serviços de consultoria financeira, serviços de natureza fiscal e honorários de advogados. (Nota 14).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade apurou Imposto Industrial tendo em consideração as regras fiscais definidas na Lei n.º 26/20 de 20 de Julho (Nota 11).

Em Maio de 2025, a Sociedade procedeu à liquidação do Imposto Industrial relativo ao exercício de 2024, mediante compensação dos montantes de imposto retido na fonte sobre as facturas emitidas aos seus clientes.

8. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Capital social	30.000	30.000
Reserva legal	447.869	434.523
Lucros e prejuízos acumulados	940.288	926.941
Resultado líquido do exercício	84.658	133.464
	1.502.815	1.524.928

A Sociedade foi constituída com um capital de 30 000 milhares de Kwanzas, realizado em numerário e dividido e representado por 30 000 acções, de valor nominal unitário de 1 000 Kwanzas.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a estrutura accionista da Sociedade é a seguinte:

Rubricas	Nº Acções	%	Valores
Accionistas			
Milos Capital Partners, SA	29 996	99,987%	29 996
Miguel Raposo Alves	1	0,003%	1
Luiana Cristina Vieira Nunes Carvalho dos Santos	1	0,003%	1
Elpidio Ferreira Lourenço Neto	1	0,003%	1
Claudia Cristina Silva Pires Pinto	1	0,003%	1
			30 000

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Capital próprio	Reservas e fundos	Lucros e prejuízos	Resultado líquido do exercício	Fundos próprios
Saldo inicial 01-01-2024	30.000	373.271	865.690	612.516	1.881.477
Transferência do resultado de 2023					
Reserva legal	-	61.252	-	(61.252)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados			61.252	(61.252)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	(490.013)	(490.013)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	133.464	133.464
Saldo no final em 31-12-2024	30.000	434.523	926.941	133.464	1.524.928
Transferência do resultado de 2024					
Reserva legal	-	13.346	-	(13.346)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados			13.346	(13.346)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	(106.771)	(106.771)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	84.658	84.658
Saldo no final em 31-12-2025	30.000	447.869	940.288	84.658	1.502.815

Por deliberação unânime do Conselho de Administração, realizada no dia 15 de Julho de 2025 foi proposto aplicar o valor correspondente ao resultado líquido obtido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 no montante de 133.464 milhares de Kwanzas, para 80% em distribuição de dividendos, 10% em resultados transitados e 10% em reservas legais.

De acordo com a Lei das Sociedades Comerciais em vigor, devem ser alocados, pelo menos, 5% dos lucros líquidos da sociedade, até que essa reserva perfaça 20% do capital social, sem prejuízo de no pacto social ser possível fixar percentagens e montantes mínimos mais elevados. Todavia, a Sociedade aplicou uma taxa de 10% dos lucros líquidos no cálculo das reservas legais. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

9. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Proveitos		
Juros e Outros Rendimentos:		
Juros de Depósitos a Prazo (Nota 3)	57 735	88 564
Comissão de Gestão (Nota 5)	3 379 668	3 223 873
Activos Não Financeiros	2 412	-
Rendimentos de Câmbio	13 490	30 491
Outros Rendimentos		
Outros Rendimentos Operacionais	1 085	-
Correcções de exercícios anteriores	6 639	-
	3 461 029	3 342 928

A rubrica “Juros de Depósitos a Prazo” regista os rendimentos associados aos juros de depósitos a prazo.

A rubrica “Comissão de Gestão” regista os rendimentos associados a comissões de gestão dos fundos geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição por Fundo:

	31-12-2025	31-12-2024
Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	3.034.017	2.909.347
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	245.650	214.526
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	100.000	100.000
	3.379.668	3.223.873

A comissão nominal fixa anual de gestão cobrada pela Hemera aos Fundos tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	0,95%	0,95%
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	1,25%	1,25%
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	2,75%	2,75%

Conforme descrito na Nota 2.3 alínea k), a Sociedade Gestora tem direito a receber uma comissão de desempenho do Fundo Pactual Property. No entanto não foram atingidos todos os objectivos pelo que não há lugar ao pagamento desta comissão.

10. JUROS E OUTRAS DESPESAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Despesas		
Juros e outras Despesas	378	5.249
	378	5.249

O saldo desta rubrica é referente aos juros de operações contratadas de leasing de viaturas.

11. IMPOSTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Imposto Industrial (Nota 7)		
Relativo a 2025	65.704	-
Relativo a 2024	-	49.004
Outros impostos		
Contribuição Especial s/ Operações Cambiais	29.715	22.034
Imposto sobre o valor acrescentado	6.785	7.069
Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	5.773	8.856
Outros impostos	2.813	5.372
	110.790	92.336

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Imposto Industrial” diz respeito à estimativa de imposto sobre os lucros a liquidar à Administração Geral Tributária, conforme divulgado no quadro abaixo:

	31-12-2025	31-12-2024
Resultado Antes de Impostos	150.398	182.467
Correcções para efeitos fiscais:		
A Somar:		
Variações patrimoniais positivas	-	-
Custos e perdas não aceites para efeitos fiscais:		
Outros acréscimos	82.566	52.207
Multas	37.878	731
Despesas não documentadas	29.367	8.121
Variações Cambiais desfavoráveis não Realizadas	14.984	31.025
Imposto Sobre Aplicação de Capitais (Art.º 18 CII)	5.773	8.856
Correcções de exercícios anteriores	5.661	8.360
Amortizações	3.499	6.699
Imposto suportado pela própria empresa	2.777	5.372
Imposto sobre o valor acrescentado	336	7.069
Despesas indevidamente documentadas	275	863
A Deduzir:		
Variações patrimoniais negativas	-	-
Proveitos e ganhos não tributáveis:		
Proveitos Sujeitos a IAC	(57.735)	(88.564)
Variações Cambiais favoráveis não Realizadas	(12.965)	(27.193)
Prejuízos fiscais de anos anteriores	-	-
Lucros levados a reservas e reinvestidos	-	-
Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)	262.815	196.015
Taxa nominal de imposto	25%	25%
Imposto Sobre Lucros	(65.704)	(49.004)
Taxa efectiva de imposto	25%	25%

12. MULTAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Multas e outros	44 203	7 312
	44 203	7 312

O saldo desta rubrica resulta do pagamento de multas e juros de pagamentos de impostos fora dos prazos legais.

Esse valor engloba multas no total de 27 milhões de kwanzas que foram aplicadas aos fundos sob gestão. A Sociedade Gestora entende que os Fundos não devem suportar tais encargos, pelo que as mesmas foram assumidas pela Sociedade Gestora.

13. CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Prestação de serviços		
Custos de serviços técnicos especializados	445.922	408.784
Custos de Transportes, Deslocações e Alojamentos	164.601	328.460
Despesas serviços informáticos (licenças, softwares)	131.907	-
Despesas não documentadas (Nota 12)	29.367	8.121
Despesas de Publicidade	24.051	34.834
Despesas de Comunicação	19.515	17.662
Custos com material de escritório	13.903	9.193
Custos com conservação e reparação de equipamentos - Materiais	10.886	4.536
Custos com conservação e reparação de equipamentos - Serviços	8.642	9.895
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	6.683	7.976
Combustíveis e outros fluídos	4.798	5.714
Seguros	2.927	1.910
Outros fornecimentos	3.844	6.001
Limpeza, higiene e conforto	3.870	3.015
Notariado	711	1.815
Rendas	450	-
Despesas indevidamente documentadas (Nota 12)	275	863
Água e energia	115	-
Custos com o pessoal	2.076.884	1.963.293
Amortizações e depreciações	163.951	213.596
Perdas de câmbio	40.308	59.642
	3.153.610	3.085.309

A variação das rubricas “Custos de serviços técnicos especializados” deve-se essencialmente, pelo aumento dos honorários de auditoria, que passaram de 67.2 milhões de kwanzas no período anterior para 81.8 milhões de kwanzas no período corrente, representando um acréscimo de aproximadamente 21,7%. Adicionalmente, registou-se um crescimento significativo das despesas não documentadas, que evoluíram de 8.1 milhões de kwanzas no período anterior para 29.3 milhões de kwanzas no período corrente, correspondendo a um incremento de cerca de 261,7%.

A diminuição da rubrica “Custos de Transporte, Deslocações e Alojamento” está associada a menor necessidade de viagens e deslocações de colaboradores, reflectindo uma contenção de custos e maior recurso a meios remotos de comunicação.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de custos com o pessoal tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Remunerações - Órgãos sociais	1.148.916	953.045
Remunerações - Pessoal	644.506	752.934
Encargos sobre remunerações	104.506	132.303
Seguros	122.470	75.135
Formação	51.567	45.644
Outras despesas com pessoal	4.920	4.233
	2.076.884	1.963.293

As remunerações aos órgãos sociais incluem o pagamento de prémios relativos à performance da Sociedade e reajuste remuneratório, tendo sido deliberados na reunião de Assembleia Geral.

O aumento das remunerações ao pessoal, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, é explicado essencialmente (i) pelo aumento no número de colaboradores ao serviço da Sociedade e (ii) pelos aumentos salariais na sequência do reajuste remuneratório de alguns colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade tem

a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Asset management	10	9
Logística e administrativos	9	6
Back Office	4	3
Legal & Compliance	4	3
Equipa de gestão	3	3
Tecnologias de informação	3	4
Investor Relations	2	2
Capital Humano	2	3
Estagiário	1	1
	38	34

14. OUTROS CUSTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Resultado não Operacional		
Outras perdas não operacionais	67 389	18 113
Correcções de exercícios anteriores	-	1 145
	67 389	19 258

15. ACCIONISTAS E OUTRAS ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas da Sociedade as empresas e fundos detalhados abaixo, e os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Para além dos membros do Órgão de Administração e dos elementos-chave de gestão, são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão mantêm influência significativa.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade MILOS Capital Partners, S.A., detém mais de 10% do capital social da Sociedade (Nota 8).

Em 31 de Dezembro de 2025 a Sociedade possui a seguinte estrutura dos órgãos sociais:

Conselho de Administração:

- Presidente: Mário Alberto Falhas Amaral
- Vogal: Odracir Sidney de Vasconcelos Magalhães*
- Vogal: Valdir Rodrigues da Costa

*Cessou funções aos 28 de Janeiro de 2026.

Conselho Fiscal:

- Presidente: Márcia Nijiolela Ganga da Costa de Brito
- Vogal: Walter Wagner Hinda
- Vogal: Edivalda Efigénia Hilário Pedro Machado
- Suplente: Claudeth Elsa Gonçalves Tjisindandjila
- Suplente: Alexandre Ernesto da Costa António

Os Fundos sob gestão da Sociedade à data de 31 de Dezembro de 2025 foram os seguintes:

- Pactual Property - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
- Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
- Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Accionistas	Órgãos Sociais	Outras Entidades	Accionistas	Órgãos Sociais	Outras Entidades
Activos						
Crédito						
Valores a Receber de Sociedades Geridas (Nota 4)	-	-	302.812	-	-	317.406
Negociação e Intermediação de Valores						
Diversos	-	2.240	-	-	47.625	-
Passivo						
Outras Obrigações						
Outras Obrigações de Natureza Social e Estatutária	-	32.265	-	-	32.265	-
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	-	-	-	-	-	-
Capital						
Capital realizado (Nota 8)	29.996	4	-	29.996	4	-
Juros e Outros Rendimentos						
Outras Comissões (Nota 9)	-	-	3.379.668	-	-	3.223.873
Juros e Outras Despesas						
	-	378	-	-	5.249	-
Custos e Perdas Operacionais						
Custos com Pessoal	-	906.841	-	-	1.038.912	-
	29.996	941.728	3.682.480	29.996	1.124.055	3.541.279

Todas as transacções com partes relacionadas foram efectuadas a preços de mercado.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se registaram quaisquer eventos relevantes após a data do balanço que requeiram registo ou divulgação nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2025.

X. Relatório do Auditor Externo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas
da SG Hemera Capital Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Para efeitos do disposto no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto (doravante designado por CódVM) e no Regulamento n.º 1/22, de 9 de Fevereiro, sobre os Auditores Externos, auditámos as demonstrações financeiras anexas da SG Hemera Capital Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. (adiante designada por “Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025, que evidencia um total do activo de 2 713 158 milhares de kwanzas e um total dos fundos próprios de 1 502 815 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 84 658 milhares de kwanzas, as demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da SG Hemera Capital Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A., em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para as Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direccionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade por quotas | NIF: 5401022670 | Matrícula CRC de Luanda: 106/1997 | Capital social: KZ 1.000.000.000,00
Sede: Condomínio Cidade Financeira, Via S8, Bloco 4 - 5º, Talatona, Luanda

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para as Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificámos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Sociedade;

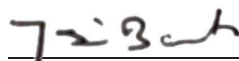
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade é apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue a actividade;
- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicámos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria; e
- a nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, para os aspectos materialmente relevantes, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorrecções materiais.

Luanda, 30 de Abril de 2026



Deloitte Auditores, Lda.
Representada por José António Mendes Garcia Barata
Membro da OCPCA nº 20130163

XI. Parecer do Conselho Fiscal

“RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas, da,

SG Hemera Capital Partners-SGOIC, S.A

Nos termos da lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o artigo 30º dos Estatutos da Sociedade, cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da “**SG Hemera Capital Partners-SGOIC, S.A.**” (Sociedade), apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e demais elementos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

No âmbito da actividade fiscalizadora desenvolvida ao longo do exercício findo em Dezembro de 2025, o Conselho Fiscal teve em consideração os elementos recolhidos nas reuniões de trabalho mantidas com o Conselho de Administração e os assuntos aí suscitados, de acordo com o que ficou expresso nas respectivas actas, sendo que, sobre as contas de final de ano, foi observado o relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Mutação de Fundos Próprios e o correspondente Anexo.

Da análise efectuada resulta que as demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações e de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Angola e com as normas contabilísticas aplicáveis às sociedades gestoras, reflectindo, em termos globais, a posição financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2025 e o resultado das suas operações no exercício.



O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório do Auditor Independente emitido, sem reservas, pela Deloitte Angola-Audit, Tax, Advisory S.A., e obteve desta, igualmente, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

Por parte do Conselho de Administração, bem como dos serviços competentes, obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, concluindo que:

- i. As Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- ii. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, e;
- iii. O Relatório de Gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal constatou ainda que, à data de 31 de Dezembro de 2025, encontram-se registadas responsabilidades no passivo para com os accionistas, decorrentes de dividendos aprovados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e ainda não liquidados, situação que deverá ser considerada na gestão financeira da Sociedade.

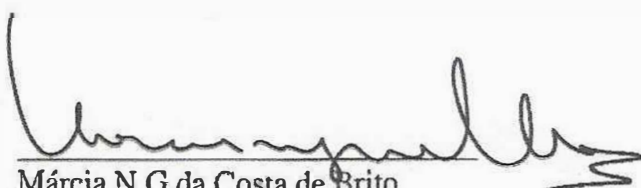
Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral da Sociedade aprove o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

Ao finalizar, vimos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração pela colaboração prestada.

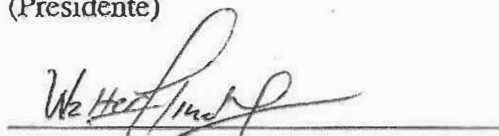
O Conselho Fiscal da SG Hemera Capital Partners-SGOIC, S.A., Luanda, 29 de Abril de 2026.



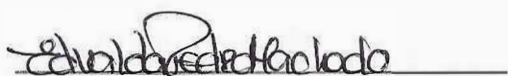
Nada mais havendo a tratar, o Conselho Fiscal deu a sessão por encerrada pelas dez horas e trinta, tendo sido lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.



Márcia N.G.da Costa de Brito
(Presidente)



Walter Wagner Martins Hinda
(Vogal)



Edvalda Pedro Machado
(Vogal)



www.hemeracapitalpartners.com/en/
www.linkedin.com/company/hemera-capital-partners